

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFETIVADAS DE 2003 A 2006

Ordem	Eixo	nº	SEC	Atividades	Realizada	Medida	Resultado
1)	1	8	SEFAZ	Reduzir a incidência de impostos sobre os produtos da cesta básica isentando da alíquota estadual de ICMS		Decreto nº 01/03	Isenção do ICMS nas saídas internas da produção mato-grossense de: arroz, feijão, carnes e miudezas comestíveis das espécies bovina, bufalina, suína e de aves
						Decreto nº 650/03	Isenção do ICMS nas saídas internas da produção mato-grossense de: banana em estado natural e peixes criados em cativeiro , frescos, refrigerados e congelados, suas carnes e partes utilizadas na alimentação humana
						Decreto nº 6.025/05	Extensão da isenção para arroz quebrado ou fragmentado na forma de quirera
2)	4	13 14 15	SEFAZ	Reestruturar o FETHAB		Decreto nº 160/03	Regulamenta novas hipóteses de incidência do FETHAB (Lei nº 7.869 e nº 7.882/2002)
						Lei nº 7.901/03	Aumenta o valor da contribuição do FETHAB incidente nas operações com óleo diesel
						Lei nº 8.001/03	Reformulação dos controles financeiros do FETHAB
						Decreto nº 2.317/03	Revisão de procedimentos inerentes ao recolhimento e controle do FETHAB
						Decreto nº 2.456/04	Ampliação das hipóteses de aplicação dos recursos do FETHAB
						Lei nº 8.221/04	Política Habitacional – critérios de aplicação de recursos do FETHAB
						Lei nº 8.277/04	Ampliação das hipóteses de aplicação dos recursos do FETHAB
						Lei nº 8.351/05	Revisão de critérios para contribuição ao FETHAB – crédito presumido do ICMS na saídas interestaduais de gado em pé
						Lei nº 8.432/05	Reformulação do FETHAB – ampliação da destinação dos recursos (obras, serviços de transporte, habitação, bem como desenvolvimento da agricultura e pecuária)
						Decreto nº 6.994/06	

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFFETIVADAS DE 2003 A 2006

3)	4	16	SEFAZ	Oferecer incentivos fiscais para a instalação de indústrias de maquinários a serem utilizados no ramo da indústria, agricultura e pecuária	Lei nº 7.958/03 Decreto nº 1.432/02	Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso: Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial Mato Grosso – PRODEIC , (obediência aos objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento industrial, comercial, mineral e energético do Estado)
					Lei nº 7.969/03	Ampliação do prazo de recolhimento do ICMS incentivado – PRODEI
					Lei nº 8.421/05	Reformulação do Programa de Desenvolvimento Industrial – PRODEI
					Lei nº 8.431/05 Decreto nº 7.083/06	Reformulação do Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso
4)	4	17	SEFAZ	Oferecer incentivos fiscais para o microempreendedor que participar do microcrédito individual constituindo empreendimento gerador de empregos e renda familiar (indústrias de fundo de quintais e microprodutor rural)	Decreto nº 766/03	Autoriza dispensa uso de ECF até 31.12.2003, com efeitos retroativos a 1°.02.2001, para contribuintes com receita bruta anual não superior a R\$ 120.000,00
					Decreto nº 2.319/03	Definição de microprodutor rural (faturamento > 5.350 UPFMT) e institui tratamento tributário simplificado para o mesmo
					Decreto nº 2.632/03	Dispensa de inscrição estadual para o microprodutor rural, participante do PRONAF, cujo imóvel tenha área não superior a 50 hectares
					Decreto nº 6.026/05	Elevação do limite para enquadramento como microprodutor rural (faturamento > 41.000 UPFMT)
					Decreto nº 6.880/05	Reclassifica o produtor primário em microprodutor rural, pequeno produtor rural e produtor rural , definindo as respectivas faixas de enquadramento e obrigações acessórias
5)	4	18	SEFAZ	Reduzir a alíquota do IPVA	Decreto nº 51/03	Regulamenta a redução de base de cálculo do IPVA nas aquisições de veículos novos, no território mato-grossense, e transferências de veículos usados de outras UF (100% de redução → carga tributária = zero)
					Decreto nº 320/03	Ampliação das hipóteses de admissibilidade de redução da base de cálculo do IPVA (100% de redução → carga tributária = zero) nas aquisições de veículos novos, diretamente do fabricante ou importador, com interveniência de concessionária local

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFFETIVADAS DE 2003 A 2006

					Lei nº 8.069/04 Lei nº 8.094/04 Decreto nº 2.435/04	Manutenção da redução de base de cálculo do IPVA nas aquisições de veículos novos e transferência de veículos usados de outras UF, bem como extensão do benefício nas aquisições de veículos automotores terrestres novos , efetuadas junto a empresas estabelecidas em território mato-grossense, transformados pelas mesmas em unidades especiais .
					Decreto nº 4.588/04	Manutenção da redução de base de cálculo do IPVA nas aquisições de veículos novos, transferência de veículos usados de outras UF, e nas aquisições de veículos automotores terrestres novos , efetuadas junto a empresas estabelecidas em território mato-grossense, transformados pelas mesmas em unidades especiais .
6)	4	19	SEFAZ	Reduzir gradativamente os impostos sobre energia e telecomunicações para a alíquota média nacional	Lei nº 7.867/02 Lei nº 8.233/04	Redução da alíquota nas prestações de serviço de telecomunicação fixa, de uso público , ou móvel celular , mediante pagamento antecipado por ficha, cartão magnético ou assemelhado vigência a partir de 1º.01.2003 Isenção do ICMS - fornecimento de energia elétrica – parcela de subvenção – consumidores de baixa renda
7)	4	20	SEFAZ	Reestruturar o perfil de cobrança do ICMS Garantido	Decreto nº 463/03 Decreto nº 717/03 Decreto nº 903/03 Decreto nº 1.012/03 Decreto nº 1.738/03 Decreto nº 2.264/03	Implantação do Programa ICMS Garantido Integral - peças, partes e acessórios de veículos, de máquinas e equipamentos industriais, e de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas. Ampliação do Programa ICMS Garantido Integral – ferramentas em geral Ampliação do Programa ICMS Garantido Integral – inclusão de segmentos econômicos e acréscimos de mercadorias (medicamentos, perfumarias e artigos de farmácia e drogarias) Ampliação do Programa ICMS Garantido Integral – inclusão de novos segmentos econômicos (móveis, eletrodomésticos, artigos de decoração e utilidades domésticas) Ampliação do Programa ICMS Garantido Integral – inclusão de novos segmentos econômicos (tecidos, confecções, calçados e acessórios; gêneros alimentícios, bebidas e outras mercadorias) Ampliação do Programa ICMS Garantido Integral – inclusão de novos segmentos econômicos (materiais de construção em geral)

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFFETIVADAS DE 2003 A 2006

					Decreto nº 2.265/03	Ampliação do Programa ICMS Garantido Integral – inclusão de novos CAE (complementação de segmentos econômicos já inseridos)
					Decreto nº 2.633/04	Ampliação do Programa ICMS Garantido Integral - inclusão de estabelecimentos industriais e prestadores de serviços, relativamente às mercadorias adquiridas de outras UF para revenda
					Decreto nº 3.413/04	Redução da margem de lucro do ICMS Garantido Integral para o segmento de peças, acessórios e ferramentas em geral (41,5%)
					Decreto nº 4.010/04	Redução da margem de lucro do ICMS Garantido Integral para o segmento de peças, acessórios e ferramentas em geral (40%)
8)	4	21	SEFAZ	Rever a carga tributária de ICMS sobre os serviços de transportes de cargas e passageiros	Decreto nº 185/03	Redução de base de cálculo do ICMS nas prestações de serviços de transporte, dentro do território nacional , correspondentes a saídas de mercadorias do Estado para exportação ou a remessas de mercadorias para formação de lote com fins específicos de exportação (bc = 70,588% do valor da prestação → carga tributária = 12%)
					Decreto nº 468/03	Autoriza a concessão de parcelamento do diferencial de alíquotas devido por empresas prestadoras de serviços de transporte rodoviário interestadual e intermunicipal, devidamente inscritas no Cadastro de Contribuintes do Estado, na aquisição de caminhões para seu ativo imobilizado (10 parcelas fixas)
					Decreto nº 767/03	Redução da base de cálculo do ICMS nas operações internas com máquinas pesadas (tratores de lagarta, etc) (bc = 70,59% do valor da operação → carga tributária = 12%)
					Decreto nº 1.015/03	Isenção do ICMS nas operações de importação e do diferencial de alíquotas de locomotivas, vagões, trilhos, máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes e peças, para uso pela FERRONORTE S/A
					Decreto nº 1.433/03	Diferimento do ICMS incidente nas prestações de serviços de transporte rodoviário e aéreo de cargas , cujos remetente e destinatário da mercadoria sejam contribuintes estabelecidos dentro do território mato-grossense.

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFETIVADAS DE 2003 A 2006

					Decreto nº 5.805/05	Isenção de ICMS incidente na importação de bens para o ativo imobilizado aos contribuintes beneficiários com o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO –, instituído pela Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, para utilização exclusiva em porto localizado em território mato-grossense
					Decreto nº 6.302/05	Isenção do ICMS nas aquisições de mercadorias e respectivas prestações de serviços de transporte – Programas de Fortalecimento e Modernização das Áreas de Gestão, de Planejamento e de Controle Externo – licitações/contratações conforme normas do BID
					Lei nº 8.425/05 Decreto nº 7.323/06	Tratamento tributário relativo ao ICMS incidente na prestação de serviço de transporte de passageiros – carga tributária = 4% e parcelamento cumulado c/ remissão de imposto
					Decreto nº 7.717/06	Isenção de ICMS nas saídas internas de bens para o ativo imobilizado aos contribuintes beneficiários com o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO –, instituído pela Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004
9)	4	22	SEFAZ	Oferecer tratamento diferenciado para o setor da mineração	Lei nº 7.958/03 Decreto nº 1.432/02	Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso: Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial Mato Grosso – PRODEIC, (obediência aos objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento industrial, comercial, mineral e energético do Estado)
					Lei nº 8.431/05 Decreto nº 7.083/06	Reformulação do Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFFETIVADAS DE 2003 A 2006

10)	4	23	SEFAZ	Adotar medidas para recebimento da Dívida Ativa do Estado	Portaria nº 5/03- SEFAZ	Disciplina a expedição de Certidões de Créditos dos servidores públicos estaduais – compensação com débitos fiscais
					Decreto nº 106/03	Nova regulamentação da Lei nº 7.538, de 22/11/01, com as modificações introduzidas pela Lei nº 7.697, de 1º/07/02, Lei nº 7.712, de 09/09/02, Lei nº 7.714, de 18/09/02, e prorrogação dada pela Lei nº 7.848, de 18/12/02, que tratam da compensação de créditos de precatórios e verbas salariais com débitos fiscais
					Lei nº 7.948/03 Decreto nº 1.535/03	Dispõe sobre a compensação de dívidas líquidas e certas , de responsabilidade do Estado de Mato Grosso, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive em liquidação ordinária, com créditos tributários e não tributários pertencentes a estes entes, e dá outras providências.
					Lei nº 8.040/03 Decreto nº 2.728/03	Renegociação de dívidas do FUNDEIC , inclusive inscritas na Dívida Ativa
					Lei nº 8.254/04 Decreto nº 6.023/05	Instituição do REFAZ – Regulamentação de parcelamento cumulado com redução de multas e juros de débitos inscritos em dívida ativa
					Lei nº 8.261/04	FUNDEJUS – depósitos judiciais – transformação em pagamento do crédito fazendário
					Lei nº 8.279/04 Decreto nº 5.478/05	Dispõe sobre a compensação de dívidas líquidas e certas , de responsabilidade do Estado de Mato Grosso, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive em liquidação ordinária, com créditos tributários e não tributários pertencentes a estes entes, e dá outras providências.
					Portaria nº 6/05- SEFAZ	Criação da Central de Compensação

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFETIVADAS DE 2003 A 2006

11)	4	24	SEFAZ	Ampliar paulatinamente o quadro de Auditores Fiscais e de Agentes de Tributação			
12)	4	25	SEFAZ	Combater a sonegação com o aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização	Portaria nº 22/03-SEFAZ	Aperfeiçoamento do sistema de controle dos usuários de processamento de dados para emissão de documentos fiscais e escrituração fiscal	
					Portaria nº 62/03-SEFAZ	Institui Programa Especial de Fiscalização e Acompanhamento dos Contribuintes Mato-grossenses – fiscalização preventiva e orientativa – (Programa expirado em 31.01.2004)	
					Decreto nº 989/03	Glosa de crédito nas entradas de mercadorias adquiridas de fornecedores favorecidos com benefícios fiscais concedidos sem respaldo do CONFAZ	
					Portaria nº 89/03-SEFAZ	Aperfeiçoamento da GIA-ICMS Eletrônica – evolução do Sistema disponibilizado	
					Portaria nº 91/03-SEFAZ	Aperfeiçoamento do controle da circulação do café no território mato-grossense – lacre	
					Decreto nº 1.268/03	Aperfeiçoamento do Sistema de Conta Corrente Fiscal : implantação do Aviso de Cobrança; disciplina da remessa de acordos de parcelamentos denunciados para inscrição em Dívida Ativa	
					Decreto nº 1.370/03	Reformulação do “Programa Consciência Fiscal”	
					Decreto nº 1.562/03	Disciplina a emissão eletrônica de Guia de Trânsito de Mercadoria – GTM	
					Portaria nº 136/03-SEFAZ	Grandes consumidores de combustível – recolhimento antecipado – ressalvadas as hipóteses de credenciamento junto à SEFAZ	

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFFETIVADAS DE 2003 A 2006

					Portaria nº 112/03-SEFAZ	Grandes consumidores de combustível – obrigatoriedade de declaração prévia à SEFAZ
					Portaria nº 10/04-SEFAZ	Institui o Sistema de Controle de Notas Fiscais para empresas transportadoras
					Decreto nº 2.660/03	Aperfeiçoamento do Sistema de Conta Corrente Fiscal : implantação do controle de recolhimento do ICMS Garantido Integral
					Portaria nº 30/04-SEFAZ	Requisitos especiais para inscrição estadual para contribuintes dos segmentos de beneficiamento e industrialização de produtos primários de origem vegetal, frigoríficos e armazéns gerais
					Decreto nº 2.780/03	Aperfeiçoamento do Sistema de Conta Corrente Fiscal : implantação do controle de recolhimento do ICMS Garantido Integral – Formação de Estoque
					Portaria nº 5/04-Conjunta	Cooperação entre as Secretarias de Estado de Fazenda e de Justiça e Segurança Pública – atividades conjuntas de fiscalização
					Portaria nº 72/04-SEFAZ	Reformula critérios para obtenção da base de cálculo do ICMS na prestação de serviços de transporte de combustível
					Portaria nº 87/04-SEFAZ	Controle manual de parcelamento do ITCD
					Portaria nº 116/04-SEFAZ	Inclui novas mercadorias no regime de substituição tributária – rações tipo pet para animais
					Portaria nº 118/04-SEFAZ	Inclui novas mercadorias no regime de substituição tributária – bebidas hidroeletrólíticas (isotônicas) e energéticas
					Decreto nº 3.953/94	Implantação do Sistema de Conta Corrente Fiscal do IPVA – parcelamento eletrônico de débitos do IPVA
					Portaria nº 140/04-SEFAZ	Reformula os procedimentos para credenciamento dos contribuintes exportadores e das remessas de mercadorias para exportação ou com o fim específico de exportação

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFFETIVADAS DE 2003 A 2006

					Decreto nº 4.540/04	Reformula a glosa de crédito nas entradas de mercadorias adquiridas de fornecedores favorecidos com benefícios fiscais concedidos sem respaldo do CONFAZ
					Portaria nº 01/05-SEFAZ	Institui Selo Fiscal de Autenticidade para fixação em DAR-1/AUT (vigência até 29.11.05)
					Portaria nº 23/05-SEFAZ	Compartilhamento de documentos e informações com a JUCEMAT e Receita Federal para fins de inscrição estadual no CCE/MT
					Decreto nº 5.243/05 Portaria nº 24/05-SEFAZ	Implantação da CND e CPND, por processamento eletrônico de dados
					Portaria nº 31/05-SEFAZ	Institui Sistema de Digitação de Notas Fiscais de Saídas Interestaduais – soja, madeira, combustíveis, miudezas carnes e comestíveis comestíveis, carne cozida enlatada e corned beef , das espécies bovina, bufalina e suína
					Decreto nº 5.318/05 Portaria nº 49/05-SEFAZ	Instituição da AIDF eletrônica (emissão e controle por processamento eletrônico de dados)
					Portaria nº 29/05-SEFAZ	Institui modelo de Nota Fiscal de Produtor e <i>Avulsa-eletrônica</i> – NFPA-e
					Decreto nº 5.409/05 Portaria nº 43/05-SEFAZ	Dispõe sobre o Sistema Eletrônico de Controle de ECF
					Decreto nº 5.795/06	Amplia critérios de glosa de crédito nas entradas de mercadorias adquiridas de fornecedores favorecidos com benefícios fiscais concedidos sem respaldo do CONFAZ

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFFETIVADAS DE 2003 A 2006

	Portaria nº 65/05-SEFAZ	Submete a regime especial de fiscalização os contribuintes com irregularidades – recolhimento do imposto a cada saída interestadual
	Portaria nº 67/05-SEFAZ	Reformula os procedimentos para credenciamento dos contribuintes exportadores e das remessas de mercadorias para exportação ou com o fim específico de exportação
	Decreto nº 5.990/05	Regime especial de fiscalização dos contribuintes do ICMS que utilizarem veículo automotor com tanque de combustível suplementar
	Portaria nº 81/05-SEFAZ	Reformula o Sistema AIDF-e
	Portaria nº 87/05-SEFAZ	Dispõe sobre o Sistema de Controle Interestadual de Mercadorias em Trânsito – Passo Fiscal
	Decreto nº 6.154/05	Estabelece obrigação de inscrição no CCE/MT para os contribuintes de outras UF que adquirirem álcool anidro combustível ou álcool hidratado combustível no território mato-grossense
	Lei nº 8.356/05	Cassação de inscrição estadual no CCE/MT de contribuinte do segmento de combustível que estiver irregular junto à ANP
	Portaria nº 128/05-SEFAZ	Normas de segurança – liberação de acesso aos sistemas informatizados da SARP
	Portaria nº 129/05-SEFAZ	Aperfeiçoamento do sistema de controle dos usuários de processamento de dados para emissão de documentos fiscais e escrituração fiscal
	Portaria nº 169/05-SEFAZ	Dispõe sobre o Sistema de Gerenciamento Eletrônico do Termo de Apreensão e Depósito – Sistema TAD-e
	Decreto nº 6.947/05	Sistema de Conta Corrente Fiscal para concessão e controle eletrônico do parcelamento do diferencial de alíquotas de caminhões, máquinas, equipamentos, implementos industriais e agrícolas (10 parcelas fixas)

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFFETIVADAS DE 2003 A 2006

14)	4	27	SEFAZ	Redução de custo de obras e de aquisição de bens e serviços		Decreto nº 1.736/03	Dispõe sobre a identificação, para fins de cálculo de valor final de aquisição , da parcela referente à diferença entre alíquotas interestadual e interna nos preços ofertados nas licitações realizadas pelas entidades da Administração Pública Estadual Indireta .
						Decreto nº 3.413/04	Redução da base de cálculo do ICMS em 100% (carga tributária = zero), nas saídas internas de bens, mercadorias e serviços destinadas a fundações de direito público e privado, estabelecidas no território mato-grossense – (programas sociais desenvolvidos pelo Estado) - <u>benefício expirado em 31.12.2004</u>
						Decreto nº 4.301/04	Isenção do ICMS nas aquisições de bens, mercadorias e serviços por órgãos do Poder Executivo da Administração Pública Estadual Direta e pelas Fundações e Autarquias do Estado
						Decreto nº 6.302/05	Isenção do ICMS nas aquisições de mercadorias e respectivas prestações de serviços de transporte – Programas de Fortalecimento e Modernização das Áreas de Gestão, de Planejamento e de Controle Externo – licitações/contratações conforme normas do BID
						Decreto nº 6.719/05	Estende a isenção do ICMS nas aquisições de bens, mercadorias e serviços por órgãos do Poder Executivo da Administração Pública Estadual Direta e pelas Fundações e Autarquias do Estado, também às hipóteses de veículos novos e combustíveis
15)	4	29	SEFAZ	Renegociar o perfil da dívida do Estado com o Tesouro Nacional			

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFFETIVADAS DE 2003 A 2006

16)	4	30	SEFAZ	Levantar e discutir um perfil de resgate dos precatórios nos primeiros cem dias de governo	Portaria nº 5/03- SEFAZ	Disciplina a expedição de Certidões de Créditos dos servidores públicos estaduais – compensação com débitos fiscais
					Decreto nº 106/03	Nova regulamentação da Lei nº 7.538, de 22/11/01, com as modificações introduzidas pela Lei nº 7.697, de 1º/07/02, Lei nº 7.712, de 09/09/02, Lei nº 7.714, de 18/09/02, e prorrogação dada pela Lei nº 7.848, de 18/12/02, que tratam da compensação de créditos de precatórios e verbas salariais com débitos fiscais
					Decreto nº 1.120/03	Acréscimo de novo critério no Decreto nº 3.828/02, para quitação de débitos salariais acima de R\$ 750,00
					Lei nº 7.948/03 Decreto nº 1.535/03	Dispõe sobre a compensação de dívidas líquidas e certas , de responsabilidade do Estado de Mato Grosso, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive em liquidação ordinária, com créditos tributários e não tributários pertencentes a estes entes, e dá outras providências.
					Decreto nº 3.122/04	Disciplina a compensação de cartas de créditos dos servidores públicos estaduais com débitos provenientes de financiamento habitacional .
					Portaria nº 6/05- SEFAZ	Criação da Central de Compensação
					Lei nº 8.279/04 Decreto nº 5.478/05	Dispõe sobre a compensação de dívidas líquidas e certas , de responsabilidade do Estado de Mato Grosso, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive em liquidação ordinária, com créditos tributários e não tributários pertencentes a estes entes, e dá outras providências.

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFFETIVADAS DE 2003 A 2006

17)	2	9	SEFAZ	Reduzir a carga tributária sobre insumos agrícolas e sobre alimentos, como estratégia para diminuir os custos de produção e os preços dos alimentos	Decreto nº 650/03	Aumento do percentual de redução da base de cálculo do ICMS no fornecimento de refeições (anterior: bc = 70% do valor da operação → carga tributária = 12%; atual: bc = 41,18% do valor da operação → carga tributária = 7%)
					Decreto nº 902/03	Diferimento do ICMS nas operações internas com semente de girassol , de produção mato-grossense, e com café beneficiado com destino a torrefação ou moagem no território do Estado
					Decreto nº 1.013/03	Diferimento do ICMS nas saídas de estabelecimento produtor de produto in natura de origem mato-grossense
					Decreto nº 1.480/03	Inclusão de novos produtos no rol de insumos agrícolas favorecidos com os benefícios do Convênio ICMS 100/97 (redução de base de cálculo nas operações interestaduais e isenção nas operações internas)
					Decreto nº 4.301/04	Inclusão de novos produtos no rol de insumos agrícolas favorecidos com os benefícios do Convênio ICMS 100/97 (redução de base de cálculo nas operações interestaduais e isenção nas operações internas)
					Decreto nº 5.805/05	Inclusão de novos produtos no rol de insumos agrícolas favorecidos com os benefícios do Convênio ICMS 100/97 (redução de base de cálculo nas operações interestaduais e isenção nas operações internas)
					Decreto nº 6.141/05	Redução de base de cálculo dos produtos resultantes da industrialização da mandioca (carga tributária = 7%)
					Decreto nº 6.302/05	Extensão da isenção do ICMS nas saídas internas de insumos agropecuários arrolados no Convênio ICMS 100/97 às saídas de sementes de campos de produção
					Decreto nº 6.986/06	Ampliação do rol dos insumos agrícolas alcançados pelo diferimento do ICMS na importação
Decreto nº 7.122/06	Inclusão de novos produtos no rol de insumos agrícolas favorecidos com os benefícios do Convênio ICMS 100/97 (redução de base de cálculo nas operações interestaduais e isenção nas operações internas)					

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFETIVADAS DE 2003 A 2006

					Decreto nº 7.123/06	Inclusão de novos produtos no rol de insumos agrícolas favorecidos com os benefícios do Convênio ICMS 100/97 (redução de base de cálculo nas operações interestaduais e isenção nas operações internas)
18)	2	10	SEFAZ	Revisar a política fiscal, visando a redução da carga tributária	Decreto nº 54/03	Instituição do regime de estimativa para frigoríficos, relativamente às saídas interestaduais de carnes e miudezas comestíveis das espécies bovina/bubalina – definição do valor anual do imposto pelo segmento – encerramento da cadeia tributária
					Lei nº 7.900/03	Revisão dos critérios de correção monetária e juros moratórios (exclusão da Taxa Selic – alteração da UPFMT semestral)
					Decreto nº 768/03	Concessão de crédito presumido nas saídas interestaduais de farelo de soja (carga tributária = 4,2%) e óleo de soja degomado (carga tributária = 7%)
					Lei nº 7.925/03 Lei nº 8.093/04 Lei nº 8.314/05	Isenção do ICMS – saídas internas de caminhões, ônibus, ambulâncias, tratores e máquinas rodoviárias para o Poder Executivo dos Municípios mato-grossenses
					Decreto nº 1.111/03	Crédito presumido nas saídas interestaduais dos produtos resultantes do beneficiamento da mamona , processado no território mato-grossense (carga tributária = 2,4%) – <u>benefício expirado em 31.12.2003</u>
					Decreto nº 1.775/03	Amplia o rol de beneficiários para concessão de parcelamento do diferencial de alíquotas , para incluir estabelecimentos industriais e estabelecimentos agrícolas , respectivamente, na aquisição de máquinas e equipamentos industriais e máquinas, equipamentos e implementos agrícolas (10 parcelas fixas)
					Decreto nº 2.127/03	Redução da carga tributária do ICMS incidente nas importações dos bens arrolados no Convênio ICMS 52/91, igualando-a ao mesmo percentual devido a título de diferencial de alíquotas (máquinas e equipamentos industriais: 3,66% ; e máquinas, equipamentos e implementos agrícolas: 1,50%)

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFFETIVADAS DE 2003 A 2006

		Estende a concessão de parcelamento do diferencial de alíquotas , nas aquisições de caminhões por estabelecimentos agropecuários e produtores primários (10 parcelas fixas)
	Decreto nº 2.125/03	Regulamentação da Lei nº 7.850/02 – Regulamento do ITCD (alíquotas progressivas)
	Decreto n.º 2.266/03	Redução da carga tributária do ICMS nas saídas internas de cimentos asfálticos e similares a 7% do valor agregado
	Lei nº 8.059/03	FUPIS – facultada ao contribuinte mato-grossense que atue no ramo de construção civil a opção pela contribuição ao FUPIS, dedutível do diferencial de alíquotas.
	Decreto nº 2.605/03	Estende a concessão de parcelamento do diferencial de alíquotas , nas aquisições de caminhões por estabelecimentos industriais (10 parcelas fixas)
	Decreto nº 2.629/03	Reformulação do regime de estimativa para frigoríficos, relativamente às saídas interestaduais de carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, bem como charque, carne cozida enlatada e corned beef das espécies bovina/bubalina – definição do valor anual do imposto pelo segmento – encerramento da cadeia tributária
	Decreto nº 2.824/04	Reformulação do regime de estimativa para frigoríficos, relativamente às saídas interestaduais de carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, bem como charque, carne cozida enlatada e corned beef das espécies bovina/bubalina, para alcançar também a espécie suína , bem como as carnes de aves e peixes
	Portaria nº 87/04-SEFAZ	Disciplina parcelamento do ITCD cumulado com redução de multa e juros
	Lei nº 8.130/04 Decreto 3.953/04	Concessão de parcelamento de débitos do IPVA vencidos até 31.12.2003 em 12 parcelas fixas
	Decreto nº 4.009/04	Benefícios do PROALMAT – redução de base de cálculo do ICMS nas saídas de algodão em pluma , promovidas pelo produtor com destino à CONAB

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFETIVADAS DE 2003 A 2006

					Decreto nº 4.081/04	Regime especial, definido em Protocolo celebrado com SINDALCOOL-MT , para recolhimento do ICMS devido por usinas de álcool e açúcar, definido no Protocolo
					Decreto nº 4.316/04	Estende a concessão de parcelamento do diferencial de alíquotas , nas aquisições de caminhões, máquinas e equipamentos industriais e máquinas, implementos e equipamentos agrícolas a contribuintes mato-grossenses (10 parcelas fixas)
					Decreto nº 4.314/04	Regulamentação do FUPIS – facultada ao contribuinte mato-grossense que atue no ramo de construção civil a opção pela contribuição ao FUPIS, dedutível do diferencial de alíquotas.
					Decreto nº 4.955/04	Reformulação do regime de estimativa para frigoríficos, relativamente às saídas interestaduais de carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, bem como charque, carne cozida enlatada e corned beef das espécies bovina/bubalina e suínas – excluídas as carnes de aves e peixes
					Lei nº 8.234/04	Remissão de débitos fiscais cujo valor originário seja inferior a R\$ 1,00
					Decreto nº 5.083/05	Remissão de débitos relativos ao ICMS – FG até 31.12.2003, montante inferior a uma UPFMT
					Lei nº 8.254/05	Programa REFAZ-Fazenda – regulamentação do parcelamento
					Decreto nº 5.425/05	redução de multas e juros – débitos do ICMS não encaminhados para inscrição em dívida ativa
					Decreto nº 5.805/05	Isenção de ICMS na importação de tratores agrícolas , conforme especificação
					Decreto nº 5.991/05	Continuidade do PROALMAT
					Lei nº 8.351/05	Crédito presumido nas saídas interestaduais de gado em pé ,
					Decreto nº 6.105/05	promovidas por produtores rurais (carga tributária = 3%)

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFFETIVADAS DE 2003 A 2006

					Lei nº 8.331/05 Decreto nº 6.495/05	Regulamentação do FUPIS – redução de base de cálculo do diferencial de alíquotas para o contribuinte mato-grossense que atue no ramo de construção civil , optante pela contribuição ao FUPIS, bem como remissão dos créditos tributários pertinentes ao diferencial de alíquotas, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não.
					Decreto nº 6.882/05	Redução de base de cálculo do ICMS incidente na importação e nas saídas internas de gás natural veicular
					Decreto nº 6.936/05	Reformulação do regime de estimativa para frigoríficos, relativamente às saídas interestaduais de carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, bem como charque, carne cozida enlatada e <i>corned beef</i> das espécies bovina/bubalina e suínas, para alcançar também os subprodutos do abate , exceto couro bovino e bubalino
					Decreto nº 6.937/05	Benefícios do PROALMAT – redução de base de cálculo do ICMS nas saídas de algodão em pluma , promovidas por cooperativas de produtores com destino estabelecimento industrial ou comercial, localizado neste Estado
					Portaria nº 26/06-SEFAZ	Institui o Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Créditos Fiscais – Sistema PAC/RUC
					Decreto nº 7.410/06	Reformulação da concessão de Crédito presumido nas saídas interestaduais de gado em pé , promovidas por produtores rurais (carga tributária = 7%)
					Decreto nº 7.457/06	Redução de base de cálculo nas saídas interestaduais de carne e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, secos ou temperados, resultantes do abate de aves, leporídeos e gado bovino, bufalino, caprino, ovino e suínos
					Decreto nº 7.510/06	Diferimento do ICMS – saídas internas de lenha para utilização em processo de combustão

SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA
SIMPLIFICAÇÕES E REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS EFETIVADAS DE 2003 A 2006

19)	2	30	SEFAZ	Reestruturar a Política de Tributação Mineral, tratando de forma diferenciada os investimentos para implantação dos pólos produtores de rochas ornamentais, produtos manufaturados, semi-acabados e acabados		
20)	2	44	SEFAZ	Instituir, no âmbito interno da administração, ações integradas entre as secretarias com atividades afins ao planejamento turístico, visando (...)	Lei nº 7.958/03 Decreto nº 1.432/02	Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso: Programa de Desenvolvimento do Turismo (obediência aos objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento do turismo do Estado)
					Lei nº 8.409/05	Cria o Fundo de Desenvolvimento do Turismo - FUNTUR
					Lei nº 8.431/05 Decreto nº 7.083/06	Reformulação do Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso
21)	2	62	SEFAZ	Criar incentivos específicos para viabilizar a exportação de serviços	Decreto nº 186/03	Dispensa de regime especial para exportação cujo desembaraço aduaneiro seja processado em recinto de EADI, instalada no território mato-grossense